






TERRITÓRIOS EM DISPUTA – O ONTEM E O HOJE NA LUTA DE PESCADORES ARTESANAIS DO MÉDIO RIO AMAZONAS¹

Francisco Igo Said Pinheiro²

 <https://orcid.org/0000-0002-4509-0631>
 <http://lattes.cnpq.br/7043474157028028>

Manuel de Jesus Masulo da Cruz³

 <http://lattes.cnpq.br/7823586856980212>

Resumo

A pesca é parte fundamental do campesinato amazônico. Estes sujeitos – camponeses-ribeirinhos - longe de quaisquer homogeneizações sociais, culturais, econômicas e políticas, dialeticamente convergem e divergem dos interesses do grande capital, criando alternativas de preservação da natureza materializados no seu modo de vida. Uma das principais iniciativas do campesinato consiste nos Acordos de Pesca, amplamente discutidos na década de 1980, sobretudo no Amazonas no contexto do baixo estoque pesqueiro resultantes da exploração da ictiofauna a partir do período colonial. Mobilizado pela Igreja Católica e pescadores artesanais, os acordos tinham como pressupostos o domínio e gestão de seus territórios através do exímio conhecimento ecológico. Na comunidade São João do Araçá, pertencente ao complexo lacustre do Rio Arari, em Itacoatiara/AM, o Acordo de Pesca existe há mais de 20 anos e o principal gargalo enfrentado pelos camponeses defronta-se a inércia dos órgãos ambientais na implementação de políticas de Estado dedicadas ao desenvolvimento dessas tecnologias de baixo impacto ambiental, bem como o fortalecimento do monitoramento da indústria pesqueira, principal responsável pela invasão de lagos no Amazonas.

Palavras-chave: Pesca no Amazonas; Pesca artesanal; Campesinato; Acordos de Pesca.

TERRITORIES IN DISPUTE - YESTERDAY AND TODAY IN THE STRUGGLE OF ARTISANAL FISHERMEN ON THE MIDDLE AMAZON RIVER

Abstract

Fishing is a fundamental part of the Amazonian peasantry. Far from any social, cultural, economic or political homogenisation, these peasant-river dwellers dialectically converge and diverge from the interests of big business, creating alternatives for the preservation of nature that are embodied in their way of life. One of the main initiatives of the peasantry is the Fishing Agreements, widely discussed in the 1980s, especially in Amazonas in the context of the low fish stocks resulting from the exploitation of the ichthyofauna from the colonial period onwards. Mobilised by the Catholic Church and artisanal fishermen, the agreements were based on the assumption that they would

¹ O presente texto deriva dos debates do evento "Amazônia Estranha: eventos extremos, mudanças climáticas e dinâmicas socioambientais" e da pesquisa de Mestrado em Geografia (PPGEOG-UFAM) intitulada "Irredentos do Rio Arari: Acordo de Pesca e Manejo comunitário no Lago Babaçu, Comunidade São João do Araçá, Itacoatiara/AM.

² Geógrafo, mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEOG-UFAM), Bolsista FAPEAM; E-mail: franciscoigosaid@gmail.com

³ Doutor em Geografia e Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Departamento de Geografia – DEGEOG; E-mail: manuelmasulo@ufam.edu.br



control and manage their territories through their ecological knowledge. In the São João do Aracá community, which belongs to the Arari River lake complex in Itacoatiara/AM, the Fishing Agreement has existed for more than 20 years and the main bottleneck faced by peasants is the inertia of environmental agencies in implementing state policies dedicated to developing these low environmental impact technologies, as well as strengthening the monitoring of the fishing industry, which is mainly responsible for the invasion of lakes in the Amazon.

Keywords: Fishing in Amazonas; Artisanal fishing; Peasantry; Fishing agreements.

Introdução

O interesse do capital sempre esteve direcionado para os recursos amazônicos. Da colonização a implantação da Zona Franca de Manaus – ZFM diferentes projetos objetivaram orientar os circuitos produtivos da região diante da sociobiodiversidade e potencialidades. Projetos tecnocráticos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE promoveram o avanço da pesca comercial nos rios amazônicos, assim como o fenômeno da sobrepesca de inúmeras espécies.

O receptáculo da reprodução do modo de vida ribeirinho mostrou-se ameaçado dado o cenário de concorrência por rios e lagos. Tomados pela insurgência e ameaça da reprodução social, camponeses-pescadores reuniram-se em assembleias populares durante as décadas de 1980 e 1990 objetivando a demarcação de lagos de uso comum contendo avanços da indústria pesqueira. Nesse contexto surgem os Acordos de Pesca como estratégias de manejo participativo e totalmente comunitário. No Amazonas, primeiros lagos demarcados estavam assentados nas calhas dos rios Solimões (Coari, Tefé), Negro (Manaus) e Amazonas (Itacoatiara e Parintins). Entretanto, do ponto de vista da regulação e fiscalização a organização comunitária defronta-se com a inercia estatal em operações de fiscalização com vistas a manutenção e seguridade dos recursos fortemente ameaçados pela iniciativa comercial.

Esse estudo parte de uma análise da bibliografia pesqueira na região amazônica a partir dos primeiros anos de colonização ao presente-cotidiano vivido por uma comunidade de pescadores no médio rio Amazonas, no município de Itacoatiara/AM. A historiografia que se constrói dessa análise fora fundamentada pelos caminhos geográficos dos saberes ancestrais defronte a espoliação de seus territórios.

A vida na várzea, por seu tempo, adquire consistência ontodialética que se materializa no modo de vida camponês, nesse sentido, a simbiose ao ecossistema extrapola a tese especulativa e adentra ao interesse de reprodução social no aqui e no agora. Tempos e espaços construídos por esses sujeitos que acompanham o avanço da indústria pesqueira em seus territórios e respondem com luta.

Sociedade civil e Estado

A passagem das relações de produção das sociedades primitivas para a capitalista, segundo Marx (1985), é designada pela separação do homem de seu objeto de trabalho primeiro – a terra – e posteriormente dos instrumentos necessários a atividade produtiva. No limiar da transformação do Estado em sua constante afirmação como tal – soberano - novos sujeitos surgem, a sociedade



se dissipa em classes e as economias se aglutinam em dinâmicas efervescentes sob constantes crises que vão guiar o percurso do imperialismo e, por consequência, dos monopólios primeiros. Essas configurações se materializam no espaço geográfico e com ele coadunam outros interesses, as centralidades são incorporadas à ocupação territorial, noções de deslocamento ganham espaço no planejamento estatal sob o prisma econômico.

Michel Foucault (2008) define ser a sociedade civil a principal tecnologia de fortalecimento do Estado a partir dos sistemas jurídico-políticos, bem como a mantenedora de sua governamentalidade econômica. Para o autor, a constante produção de laços recíprocos na sociedade alimenta a formação de novos horizontes de dominação da teoria econômica estabelecida pelo mercado a quem o Estado promove ações evidenciando a produção de trocas, valores.

Ruy Moreira (1982) numa abordagem mais ampla classifica esse sistema de ações no espaço geográfico como objetos espaciais produzidos através da inteligibilidade de atores políticos, estes orientados por interesses adversos que transformam a luz de seus interesses as geografias circundantes.

O que afirmamos, então, é que o arranjo espacial brota tanto do processo de produção-distribuição, quanto do controle que se exerce sobre as relações existentes entre as classes. Como o processo de produção-distribuição se faz sob o condicionamento das formas como se travam as relações entre as classes, pode-se afirmar que o arranjo espacial, na verdade, numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classes da formação econômico-social (MOREIRA, 1982, p. 3).

Portanto, na sociedade civil se torna possível que a arte de governar se defronte com uma autolimitação que não infringe os limites da economia tampouco aos princípios do direito constitucional, embora, via de regra, seja latente que o Estado exclua socialmente sujeitos para que se garanta sua onipresença e devoção mercadológica.

A história humana é definida através da existência de grupos, ou seja, a sociedade é tão antiga quanto o indivíduo e, por assim dizer, a própria natureza. A linguagem, comunicação e as relações afetivas são características de uma vida em sociedade. Zygmunt Bauman (2005) nos diz que as identidades coletivas são construídas no tempo infinito – por essa maneira temos a ancestralidade afro-indígena -, no entanto, não possuem solidez rochosa para não se desfazerem no ar, visto que a diversidade atravessa as relações, assim como descontentamentos.

É impossível compreender a história humana sem passar pela dimensão social, afinal, a natureza da existência humana é ser social, histórica porque as sociedades passam por mudanças que afetam diretamente o comportamento dos sujeitos e das relações em grupo, identidades, nacionalidades, fragmentos culturais, territórios (FOUCAULT, 2008).

Enfim, no decurso da formação dos Estados-nação, a sociedade civil atuou como uma tela em branco dentro de um estúdio de artes, a assimetria dos traços imperfeitos do artista compreende a incapacidade de uniformizar sujeitos atravessados pela violência do absolutismo estatal, criando resistências intrínsecas as formas gerais de dominação.



Bauman (2005) afirma que esse mecanismo de apropriação conta a história da formação territorial do Estado, a contragosto das populações mediante a estratégias coercitivas de coesão política.

A identidade *nacional* permita-me acrescentar, nunca foi como as outras identidades. Diferentemente delas, que não exigiam adesão inequívoca e fidelidade exclusiva, a identidade nacional não se reconhecia competidores, muito menos opositores. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças (ou “governos à sombra” ou “governos no exílio” no caso de nações aspirantes – “nações in spe”, apenas clamando por um Estado próprio), a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre “nós” e “eles”. À falta do monopólio, os Estados tentaram assumir a incontestável posição de supremas cortes passando sentenças vinculantes e sem apelação sobre as reivindicações de identidades litigantes (BAUMAN, 2005, p. 28).

Não se pode forçar a existência de uma sociedade, pois seu vínculo social não tem pré-história, a partir da natureza podemos pensar a história da sociedade e com ela problematizar a formação social ao longo do tempo. A arqueologia e a antropologia dedicam-se a essa tarefa permanente e indispensável. Segundo o trabalho *Essai sur l'histoire de la société civile* de Ferguson (1783 *apud* FOUCAULT, 2008) "no estado selvagem como no estado civilizado, vemos, a cada passo, as marcas da invenção dos homens.

Se o tempo, segundo Santos (2006) pode ser entendido pela apreensão dos eventos através da inteligibilidade social a serviço de seu recorte – temporal – admite-se dizer que de igual maneira têm-se suas predileções no espaço geográfico. Hieroglifos, *sambaquis*⁴ ruínas de antigas civilizações, paisagens antropizadas na Amazônia representam vestígios de outras geografias pretéritas, em muitos casos, aquém das ordens dominantes de seu tempo.

Os eventos dissolvem as coisas (C. Diano, 1994, p. 91), eles dissolvem as identidades, propondo-nos outras, mostrando que não são fixas e por isso, segundo Deleuze (C. Boundas, 1993, p. 41), submetendo-nos ao "teste do saber". Diante da nova história e da nova geografia é o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo através da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos (SANTOS, 2006, p. 95).

Foucault (2008) admite a existência de elementos inerentes a formação social – interesses em comum – e parte do ideário de "interesses desinteressados" que se comparam a relação com que a sociedade civil expressa o suporte e os vínculos do processo econômico. Isso porque somos socialmente atraídos por grupos dos quais compartilhamos interesses em comum, ao passo que nos distanciamos sob o mesmo pressuposto. Portanto, a sociedade civil pode ser

⁴ Os principais registros da prática haliêutica descende dos estudos arqueológicos em torno dos sambaquis que segundo Silva (2022) são sítios cujo nome tem sua origem no tupi Tamba-Marisco e Ki-Amontoado e significam “amontoados de conchas”, são formações irregulares antrópicas ou mistas (naturais e antrópicas) que se misturam ao baixo relevo amazônico devido a expressiva quantidade de hidróxido de cálcio que foi capaz de armazenar fósseis, utensílios, enfim, vestígios de povos pré-coloniais, em geral, pescadores-caçadores-coletores que por aqui viveram há mais de 6.500 A.P.



descrita como um agrupamento de conjuntos de mesmo nível ou diferentes entre si que terão em seu conteúdo a multiplicidade de sujeitos inseridos em núcleos. Ainda segundo o autor ao assumir a sociedade civil como uma tecnologia de governo, isto é, estratégia de governamentalidade, assume também a possibilidade de explicar a heterogeneidade do econômico e do jurídico, superpostos ao processo de produção e de troca (FOUCAULT, 2008).

Sociedade civil, portanto, como elemento de realidade transacional na história das tecnologias governamentais, realidade transacional que me parece plenamente correlativa dessa forma de tecnologia governamental chamada de liberalismo, isto é, uma tecnologia de governo que tem por objetivo sua própria autolimitação, na medida em que é indexada à especificidade dos processos econômicos (FOUCAULT, 2008, p. 404).

Nesse sentido o vínculo econômico nasce enquanto subproduto das relações estabelecidas no seio de uma sociedade civil e pela natureza comunitária expressa na convergência espontânea de interesses. Porém, dentro dessa convergência onde as trocas sociais são mútuas, exista aquilo que Foucault (2008) considera como "princípios de dissociação". Essa dissociação aos padrões de comunidade e laços de benevolência traduzem a individualidade dos sujeitos e o vínculo egoísta a emergir.

Esse processo rompe com as trocas mútuas em função de interesses individuais, marcos do sistema econômico. Portanto, as relações sociais a partir das microrrelações de poder são atravessadas por rupturas ideológicas, ontológicas, a saber, da própria natureza da organização social, uma vez que leva o sujeito a priorizar a esfera econômica em detrimento a coletividade.

O poder é intrínseco às relações humanas, constitui, assim, a reprodução das relações pelas quais o poder político ganha variabilidade à medida que alcança a diversidade dos núcleos sociais e com ele exerce sua soberania. Como matriz permanente de poder político, a sociedade constrói e reconstrói pactos de soberania e subserviência a um determinado sistema, pois "não são necessárias a renúncia a certos direitos e a aceitação da soberania de algum outro para que o poder político apareça e atue no interior da sociedade civil (FOUCAULT, 2008, p. 412).

O autor salienta ainda que dentro de uma estrutura social, ou uma sociedade, as decisões podem ser deliberadas conjuntamente, entretanto, a tomada de decisões parte de grupos seletos desse quadro mais amplo. Pode-se usar de exemplo as estruturas governamentais. "Uns vão dar sua opinião. Outro vão dar as ordens." Uma vez materializado o poder em sua totalidade, criam-se sistemas de regulação para a sua reprodução, tais como a estrutura jurídica, constituição, legislação e outros.

Por outro lado, enquanto sujeitos na e da história, os indivíduos rompem com os acordos de benevolência orientados por interesses individuais. São as chamadas resistências comuns a cada relação de poder. Em certa medida a história se mistura com as transformações temporais realizadas pela sociedade civil desde as populações primitivas. Sistemas de código subalternizaram indivíduos à medida em que individualizava tantos outros - à exemplo do homem econômico - fazendo criar instituições político-econômicas nacionais e internacionais para tratar de acordos bilaterais, áreas aduaneiras e zonas de livre



comércio, a regulação das economias globais em fundos internacionais, bem como o ordenamento espacial do comércio por via da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Oliveira (2007) define esse mecanismo como instrumentalização ideológica do Estado sobre a sociedade. Santos (2001) acrescenta a máquina ideológica, a produção de discursos, a construção de memórias coletivas, nacionais, formas outras de dominação subjetiva.

Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, pg. 9).

Cabe dizer que em função dos interesses coletivos de grupos abastados numa sociedade cada vez mais mundializada, subdivida em classes, o caráter cíclico orienta a reprodução da pobreza e da sujeição social a partir da construção de discursos, instrumentalização do aparelho ideológico do Estado em constante modernização para que rupturas (resistências) não prejudiquem sua governamentalidade política e econômica.

Racionalidade portuguesa na Amazônia

A história de ocupação da Amazônia brasileira foi marcada por conflitos territoriais orientados pelos princípios econômicos. No interstício do século XVI e XVIII a região foi palco de diferentes investimentos militares e religiosos objetivando a hegemonia territorial da região (SILVA, 1996). Anterior a isso a região era ocupada e organizada hierarquicamente a partir da socioterritorialidade indígena e suas cosmovisões. Para efetivar a homogeneização socioespacial em vista dos interesses econômicos, Portugal e Espanha empreenderam jornadas massivas de colonização, na verdade, mais orientado ao etnocídio que propriamente a tentativa “civilizada” pregada pela historiografia.

Segundo Bastos (2015), após a restauração do absolutismo português no século XVII as investidas na fronteira hispânica na região se acentuaram em paralelo ao crescente movimento conspiratório na Província de Maynas. Pertencente ao Reino do Peru, as estratégias de aculturação das populações nativas seguiam o *modus* português através das ordens missionárias e o domínio territorial pelos militares. Não obstante, estava assentada na região andina, fronteira com o domínio hispânico e naquele momento era cobiçada em razão das reservas de prata explorada pelos espanhóis.

A principal estratégia econômica espanhola na região fora interligar os Andes ao Pacífico através da rede hidrográfica e assim ganhar subsídio para a exploração e escoamento da produção mineral. Outra importante instrumentalização do território esteve direcionada a produção bélica descentralizada da Coroa, uma vez que o conflito com as fronteiras portuguesas e a ameaça internacional era iminente. Tratado de Madri (1750), Tratado de El Pardo (1761) e o Tratado de São Ildefonso (1777) são exemplos da fragilidade diplomática no âmbito do interesse em proteger o território das Colônias (BASTOS, 2015).

Bastos (2015) acredita que a insurreição portuguesa no período da União Ibérica tenha potencializado a origem do conflito geopolítico na Amazônia:



Nas considerações de muitos religiosos estabelecidos em Maynas, o avanço de embarcações vindas da América lusa não representava um risco apenas pela prática do contrabando, escravização de índios e destruição dos estabelecimentos missionais. Mais do que isso, essas investidas poderiam colocar em risco a soberania espanhola na parte amazônica e mesmo nas cobiçadas terras andinas contíguas, dadas as vantagens militares e comerciais que os lusitanos usufruíam a partir daquela fronteira, o que poderia alterar drasticamente a correlação de forças das coroas ibéricas no continente (BASTOS, 2015).

Dada a complexidade do movimento histórico que sucedeu a disputa pelo domínio das terras do “novo mundo”, Portugal então com seus interesses avançados a partir da intensa mobilização militar e organização politico-administrativa das companhias religiosas pelos territórios começou o processo de colonização da região amazônica, inicialmente, por meio da fundação de cidades em pontos estratégicos do território (TAVARES, 2011). Assim, são fundadas a cidade de São Luis do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665).

No que se refere a solidez da expansão territorial portuguesa na Amazonia, o “descimento” realizado por Pedro Teixeira ao longo do Rio Amazonas até sua fronteira com o domínio hispânico para além de assegurar o controle territorial através da criação de fortins e instituição de missões, visava catalogar os diferentes tipos de uso dos recursos da região através da produção indígena no contexto de mudança das relações comerciais a nível internacional e a dinamização de novos produtos no mercado.

Do ponto de vista geográfico, a iniciativa serviu de base para cristalizar ações no âmbito econômico da Coroa e estabelecer sustentáculo militar diante de intrusão de holandeses e ingleses que se aproximavam da costa brasileira, principalmente dos estados do Maranhão e Pernambuco (SILVA, 1996).

Durante o século XVIII ocorre, o [...] “primeiro sistema de controle territorial”, baseado na construção de fortins nos locais de concentração de população indígena, com o objetivo de capturá-los e impedir sua aliança com as nações européias, e na introdução de companhias religiosas com o objetivo de pacificar os indígenas (TAVARES, 2011).

Outro grande momento de ruptura das relações culturais e territoriais das populações indígenas decorreu da ascensão de Sebastião de Carvalho, o Marquês de Pombal (1750-1777), responsável pelas principais reformas políticas que se tem registro na região. A principal medida gerenciada por Pombal foi a substituição da escravização indígena pela negra africana como consequência da criação de diretórios dos índios ao longo dos núcleos urbanos. A estratégia somava-se ao interesse em construir sujeitos nacionais à luz do eurocentrismo, modificando nomes, língua nativa, vestimentas e formas de socialização ao padrão europeu da época.

Em termos de economia, o autoconsumo empregado nas atividades extrativistas das populações indígenas chamaram a atenção, primeiramente, de cronistas e religiosos que realizavam expedições pelo rio Amazonas (PINTO, 2005; TAVARES, 2011). A despeito disso, interesses em novos aportes de produção levaram a empreender mudanças no padrão de produção.



Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana (1541-42) destacou o grande número de assentamentos densamente povoados por indígenas, além disso “catalogou” a diversidade de recursos naturais encontrados por meio da observação com que via o trabalho extrativista local, concebendo a grande disponibilidade de tartarugas, peixe-boi e outras espécies aquáticas, bem como a variedade de aves, macacos, milho, mandioca, inhame e frutas regionais. Anos depois, Cristobal de Acuña, incumbido na missão de Pedro Teixeira (1637-39) observou a existência de mais de 150 povoados ao longo dos rios Solimões/Amazonas, além da variedade de culturas e técnicas de cultivo em consonância a sazonalidade dos rios em áreas de várzea (CRUZ, 2007).

Nem mesmo a sociobiodiversidade encontrada foi suficiente para controlar os interesses de colonos portugueses na região, principalmente após mudanças consideráveis no modo de vida resultante dos diretórios. Entre o século XVIII e início do século XIX incontáveis povoados foram dizimados ou transferido quase em sua totalidade para os assentamentos administrados pela Coroa, contudo, houveram resistências deflagradas em dados momentos históricos como a Cabanagem que atuou enquanto organização política e outros de menor ressonância como os mocambos⁵ paraenses, e a residual população nas áreas de várzea.

Portanto, o campesinato que surge na região deriva de processos históricos no que tange a política e a economia gerenciada pela Coroa (CRUZ, 2007; WITKOSKI, 2009).

O que restou do/no território?

A luta camponesa representa dialeticamente linhas conflituosas onde diferentes interesses retroalimentam essas diferenças criando, ao final, hemisférios de excludência. Nasce das arestas do capital sobre a terra em seu desenvolvimento desigual, expropriando sujeitos, descaracterizando modos de vida. Essa excludência se refere ao projeto político-ideológico no qual a sociedade brasileira se apresenta como promotora das desigualdades, portanto, têm-se diferentes atores e articulações protagonizando traços da “história dos vencidos no Brasil” (OLIVEIRA, 1989, p. 19).

A luta pelas territorialidades é também uma luta por emancipação social. Contudo, desde a separação do ser humano e do seu ambiente natural de trabalho (MARX, 1985), orientados pela instituição da propriedade privada, cada vez mais resistências camponesas surgiram, especialmente na Amazônia.

O Estado, por sua vez, tratou de reprimir esses conflitos a partir da violência, mas também através da construção de narrativas aquém da realidade e motivação dos quais esses movimentos se organizavam (SOUZA, 2000; SANTOS, 2001). O movimento cabano, principal conspiração amazônica contra os ditames imperiais foi retratado na literatura e memória nacional a partir de pressupostos negativos, o uso do tempo “cabano” assumia em si a distinção social entre “civilizados” e “selvagens” que ao tomarem poder na região amazônica levaram a cabo suas reivindicações.

Florêncio Vaz (2011) acrescenta:

⁵ Segundo Tavares (2011) os mocambos eram lugares de negros em afugentamento da escravidão. No Pará, os mocambos espalharam-se, sendo o mais famoso o da população de Juaba, em Cameté que tinha cerca de 300 escravos fugitivos (p. 7).



[...] o termo cabano não era usado como autoidentificação pelos revoltosos, mas foi um termo pejorativo imposto pelos seus antagonistas, os legalistas, estes orgulhosamente autoidentificados... Nem é correto dizer que o termo se justifica porque os rebeldes moravam geralmente em cabanas, pois, mesmo na época, dizia-se que eles moravam em casas cobertas de palha denominadas “palhaças”. O termo provavelmente foi usado pelos legalistas sob a influência da denominação dos rebeldes da Cabanada (1832-1835), revolução que ocorreu em Pernambuco e Alagoas, pois seria comum o uso do termo “cabano” na corte do Império, na década de 1830, sob o sentido de “inimigo” (VAZ, 2011, p. 1-2).

A coerção nesses casos buscava atender aos interesses das elites burguesas primeiramente forjadas pela economia fundiária originária das capitânicas hereditárias que atravessaram o território brasileiro em lotes sob o protecionismo do Estado. Das crises sociais aos levantes populares como a resistência de Palmares, Canudos, Contestado, protagonizaram o trajeto em busca de visibilidade e o direito de uso de seus territórios.

O século XX tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado a tentativa de resgate da condição dos camponeses autônomos frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1989, p. 22).

O mundo rural brasileiro passou por intensas intervenções tecnocráticas desde o início da formação territorial do Estado-nação, no entanto, a contragosto das elites, a população do campo precisou se reordenar para mitigar o avanço do capital sobre o território. Experiências como as associações de José Porfírio criadas diante da constante expulsão de camponeses de suas terras em Goiás são exemplos de organicidade política, a idealização das Assembleias do Povo no Paraná, bem como as Ligas Camponesas foram outras estratégias de construção de políticas públicas e reinvidicação a cidadania a partir de debates públicos.

O setor pesqueiro experienciou primeiramente as consequências da exploração histórica da ictiofauna marinha e fluvial, como resposta ao avanço da indústria pesqueira as primeiras associações de pescadores no início do século XX na Suécia a partir da mobilização de pescadores-lavradores que observavam a diminuição dos recursos pesqueiros bem como a capacidade familiar de reprodução a partir da pesca artesanal. Esse fora o primeiro modelo a instituir normas coletivas de uso dos recursos naturais, além de proibir técnicas e equipamentos nocivos ao ambiente aquático.

No caso brasileiro, desde a criação da SUDEPE, na década de 1960, o setor pesqueiro passou por intensas modificações devotas a modernização expressiva da produção. Foram criadas linhas de financiamento, descentralização das agências autárquicas e inclusão da pesca no planejamento econômico do Estado brasileiro. Anterior a sua criação, anos antes – entre 1940 e 1950 - pescadores artesanais passaram a se proletarizarem em barcos de pesca em



função das condições de vida no campo além dos efeitos da sobrepesca orientados pela dinâmica de mercado a espécies de alto valor econômico. Na década seguinte os apetrechos se modernizam e a malhadeira passa a dominar pescarias comerciais, a alta capacidade de captura resultou em mudanças expressivas ao ecossistema de várzea.

Na Amazônia, como estabeleceu Cruz (2007), os barcos de pesca substituíram o uso das poveiras portuguesas nas pescarias, não obstante, o crescimento dos núcleos urbanos regionais, especialmente a partir da instituição da Zona Franca de Manaus - ZFM orientaram a exploração da ictiofauna visto que existia demandas locais e globais pelas espécies. Somente no trecho hidrográfico Solimões/Amazonas as cidades de Manacapuru, Manaus, Itacoatiara e Parintins concentravam grande parte da produção pesqueira no Amazonas. Durante os primeiros anos da ZFM a população manauara mais que triplicou, passando de 173.703 habitantes (1960) para 1.430.089 na década de 1980.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento da SUDEPE de 1985, apesar dos esforços pela industrialização no setor pesqueiro, o montante de 860.000 toneladas ao ano produzidos pela indústria, mais da metade descendia da pesca artesanal, e tal fenômeno se explicou pelo expressivo contingente de pescadores (mais de 400 mil) distribuídos pelo território nacional.

Além disso, na contramão de suas bases regimentais, a instituição passou a adotar medidas mitigadoras para os recursos pesqueiros, endurecendo a fiscalização e investindo na produção científica relativa as populações aquáticas, especialmente em ecossistemas sensíveis como a Amazônia.

De acordo com o detalhamento de José Veríssimo (1895) que passara pelo rio Amazonas no final do século XIX a região já apresentava casos de sobrepesca do pirarucu (*Arapaima gigas*), peixe-boi e da tartaruga da Amazônia, contabilizando um recorte de tempo igual ou superior a cem anos quando o desaparecimento de tais espécies foram levantados pelos intelectuais, militares e indígenas que observavam a região. Muitos foram os interesses que atravessaram tal exploração, de escambo, consumo e subornos à produção altamente processada em frigoríficos, o desaparecimento dessas espécies afetou sobremaneira populações do mundo rural amazônico no passado e no presente (VERÍSSIMO, 1895; DIEGUES, 1983; CRUZ, 2007, WITKOSKI, 2009). A pescar artesanal, ethos camponesa, é uma prática geracional intrínseca a ontologia camponesa e se constitui como artefato cultural socializado ainda na infância quando sujeitos desenvolvem suas capacidades cognitivas, o saber-fazer na atividade se relaciona ao desenvolvimento dos sentidos humanos (visão, tato, olfato e audição). A pesca também demarca águas de trabalho territorializadas no tempo histórico revelando geografias diversas atreladas ao conhecimento ecológico do campesinato amazônico.

Portanto, em função da colonização pelas águas marcada pelos ciclos de sobrepesca, o campesinato amazônico sofre com a inércia do Estado a partir de uma política ambiental branda. Ao passo que são adotadas medidas de baixo impacto ambiental em razão da manutenção dos ecossistemas, o campesinato nas áreas de várzea é o primeiro organismo social a sentir as consequências da fragilidade ambiental decorrentes das práticas predatórias. Entende-se esse movimento político-jurídico-econômico-ideológico como parte fundante de um projeto político de país negligente com populações camponesas, a Amazônia brasileira tão discutida no cenário global e recentemente associada a versões



sustentáveis de projetos tecnocráticos no âmbito da bioeconomia continua a reproduzir exclusões sociais, retratos que justificam o crescimento de movimentos sociais no campo.

Os irredentos pescadores do rio Arari

Nas áreas de várzea amazônica os acordos de pesca foram amplamente difundidos a partir da década de 1980 pela sua natureza devota a gestão participativa dos recursos de uso comum. A iniciativa nasceu de resultados de aprendizagens sociais envolvendo primeiramente a conjunção de interesses em comum sob o apoio de projetos socioeducacionais encabeçados pela Igreja Católica. Desde a criação da comunidade na década de 1970 a consolidação do primeiro movimento camponês, diversas mudanças socioespaciais foram resultado dessa organização.

O movimento de pescadores artesanais caminhou conjuntamente ao movimento de agricultores visto que fora objeto em comum aos populares. Além disso, somou-se outras reivindicações no campo social oportunizando acesso a serviços básicos para os comunitários, tais como a construção da escola pública, centro comunitário, reforma e ampliação da capela de São João Batista e a vicinal que liga o Lago Araçá a margem direita do rio Amazonas, beneficiando toda população da várzea do baixo rio Arari.

A riqueza da vida aquática fora e é sinônimo de contemplação e memória dessa população, uma vez que quando socializado na infância, o conhecimento ecológico estabelece caminhos para a reprodução do homem no campo em sinergia aos recursos disponíveis.

Almeida (2013) classifica essa relação como encontro ontológico entre humanas e os encantados. Cruz (2007) e Witkoski (2009) observaram em seus trabalhos o alinhamento da produção camponesa-ribeirinha ao ecossistema de várzea, estabelecendo os limites da produção ao calendário agrícola e a sazonalidade das águas. Moreira (2020) ao se debruçar sobre a organização política indígena no território no período pré-colonial definiu que a intangibilidade das populações do campo oportunizava perspectivas futuras para a coletividade, seja em movimentos de retorno a antigos espaços produtivos ao reflorestamento de antigos sítios.

Para os irredentos o Lago Babaçu fora um importante espaço formativo para os primeiros passos nas pescarias, a lembrança da abundância de pescado em tempos pretéritos instigou movimentos vindouros, pois não era apenas um espaço que se perdia para a sobre-exploração, mas também a continuidade do modo de vida ligado as economias de subsistência familiar dependentes da pesca no Lago.

A fauna aquática do bioma amazônico é densamente povoada por diversas espécies (JUNK, 1983; GOULDING e FERREIRA, 1996; SUANON, 2004;), logo, despertou interesses na indústria pesqueira pela sua total exploração, seja comercializada por atravessadores ou instrumentalizada a partir de invasões de lagos de uso comunitário. Em termos de economia, a renda gerada pelo setor pesqueiro apenas na extensão do rio Amazonas foi estimada em R\$ 472 milhões de reais, sendo a pesca artesanal responsável por 18% desse montante, contudo, o número pode ser maior em função da incipiente metodologia de



controle e monitoramento, especialmente no que tange a espécies proibidas de captura como é o caso do pirarucu (*Arapaima gigas*) (WWF BRASIL, 2003).

O camponês, por sua vez, sempre esteve comprometido com a reprodução das espécies, sendo a tradição ecológica a base do trabalho nas pescarias, pois obedece ao regime biológico das espécies e os instrumentos necessários para a sua captura, estes provenientes do extrativismo florestal (caniço, tarrafa, espinhel, arpão, zagaia, arco e flecha), diminuindo, assim, a escassez nos períodos em que as espécies se reproduziam.

Entretanto, com o avanço da pesca predatória o recurso pesqueiro afetou também a economia de subsistência camponesa. Além disso, outros fatores impulsionaram os conflitos, como as métricas de aumento da produtividade visando espécies mais valorizadas no mercado que materializaram episódios do descarte de pescados considerados inferiores (ex.: jaraqui, branquinha e pacu) nos lagos, adoção de explosivos, redes de arrasto e malhadeiras na região (CRUZ, 2007).

Diante da crise socioambiental imanente, comprovada cientificamente pela própria SUDEPE, conflitos pelo uso dos espaços aquáticos ganharam dinamismo entre camponeses e implicaram na mobilização do movimento de pescadores artesanais encabeçados pela Igreja Católica. Naquele momento de redemocratização o país buscava ampliar sua agenda ambiental de modo que sua política externa adotasse práticas consideradas sustentáveis sustentável, o que em certa medida reverberou positivamente na organicidade camponesa.

Um dos episódios que ilustram o aumento dos conflitos aquáticos entre pescadores artesanais e comerciais ocorreu no Lago Janauacá, localizado entre os municípios de Manaquiri/AM e Careiro Castanho/AM, em 1973, conhecido regionalmente como a "Guerra do Peixe", é um importante registro da mobilização camponesa pela proteção de suas territorialidades.

A usurpação dos lagos do baixo Amazonas ocorre desde a década de 1960, nas décadas seguintes o tom de passividade daria lugar a resistência política desses pescadores por meio do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e seus projetos alinhados a Comissão Pastoral da Terra - CPT e Comissão Pastoral da Pesca - CPP. Em função do vertiginoso número de conflitos fundiários ocorridos no Pará e a organização de base comunitária e eclesial na alta esperança de obter resoluções junto ao Estado, as Assembleias do Povo surgem para ouvir as reivindicações camponesas.

Os encontros ocorridos ao longo das prelações do Amazonas desde 1983 buscou construir caminhos para a visibilidade do problema ambiental e, assim, mitigar outras questões igualmente relevantes e diretamente ligadas aos ecossistemas de várzea (SPINDOLA, 1977). Os documentos resultantes dos encontros registravam os anseios populares pela proteção dos lagos diante da invasão dos barcos pesqueiros.

O primeiro grande resultado das assembleias foi a realização do 1º Encontro de Ribeirinhos, em 1983, organizado pela CPT e CPP. Naquele momento, segundo Cruz (2007) a Igreja e as instituições observaram a especificidade dos conflitos no estado adviam sobremaneira pelo uso dos recursos aquáticos. Entre 1985 e 1986, ocorreu nas cidades de Itacoatiara/AM e Coari/AM a primeira fase do movimento em defesa da escassez de peixe. Os objetivos elencados durante os encontros consistiam na demarcação de áreas destinadas a procriação, manutenção (subsistência) e de uso livre para atividade comercial.



Figura 1. Reunião de comunitários acerca da definição do Acordo de Pesca na Comunidade São João do Araçá, Itacoatiara/AM Fonte: Acervo ASTA⁶

À essas demarcações, traduzidas popularmente como Acordos de Pesca comunitários sistematizavam manifestações de pescadores que viviam da pequena prática artesanal com fins comerciais e de subsistência, elaborando projetos de ordenamento territorial das áreas dedicadas ao uso comunitárias e àquelas de uso indiscriminado, isto é, comercial. Ao longo dos anos em que a discussão ganhou mais substancialidade no cenário político regional novas demarcações de lagos ocorriam pelo estado ao longo das principais calhas dos rios, a saber, em Tefé, Coari, Parintins e Itacoatiara (Figura 1).

A Comunidade São João do Araçá, em Itacoatiara, uma das tantas idealizadoras desse movimento buscou demarcar os lagos de uso comum ainda no final da década de 1990, sendo, portanto, o Lago Araçá e Babaçu destinados a manutenção da pequena atividade pesqueira com vistas a reprodução familiar e econômica desse campesinato (Figura 2).

⁶ Disponibilização do acervo fotográfico da ASTA - Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Artesãs e da Agricultura Familiar do Baixo Rio Arari.

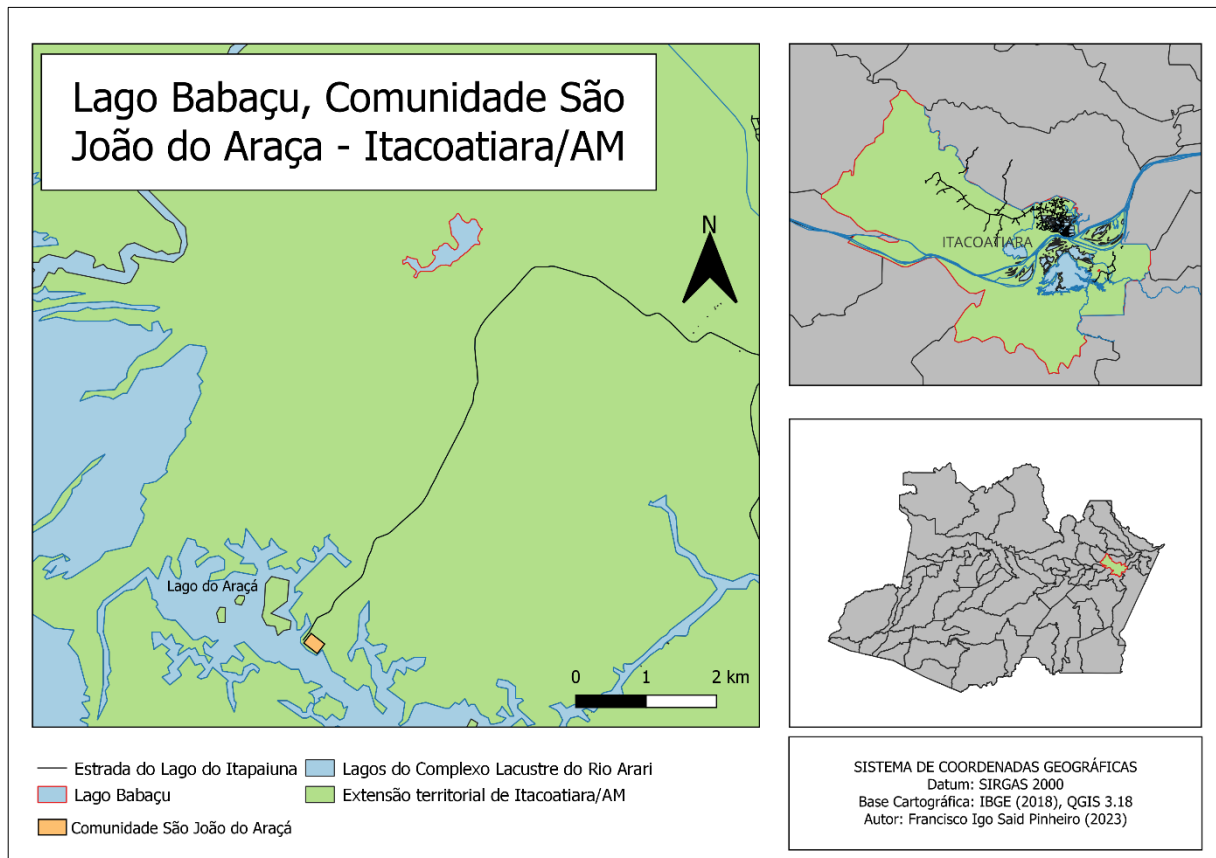


Figura 2. Localização da comunidade São João do Araça, Itacoatiara/AM. Fonte: IBGE (2018). Org.: Francisco Igo (2023).

A partir de 2004 comunitários se reuniram para institucionalizar esses projetos junto aos órgãos ambientais. Em 2002 foi instituída a Portaria Nº 04/2002, GEREX-IBAMA criando regras de manejo em relação ao baixo estoque de pesca, todavia, ainda insuficiente do ponto de vista do controle e monitoramento realizado pelos órgãos ambientais.

Passado-se mais de quarenta anos do início das discussões relativas à demarcação aquática, e vinte anos da instituição do Acordo de Pesca no Lago Babaçu, os problemas continuam os mesmos, visto que pouco se avançou nas discussões políticas envolvendo o endurecimento da legislação e monitoramento. Tampouco buscou-se ouvir pescadores e entender como os conflitos atravessam seu modo de vida e implicam na insegurança do monitoramento comunitário do lago, visto que comumente ocorrem conflitos armados e retaliações.

Segundo pescadores o avanço da indústria pesqueira na região ocorre desde a década de 1960, coincidentemente no mesmo ano de criação da SUDEPE, ou seja, a partir da modernização do setor pesqueiro-industrial a partir de incentivos, linhas de crédito, enfim, perspectivas tecnocráticas em curso.

No caso específico do Lago Babaçu demarcado como área de manutenção do estoque pesqueiro realiza-se desde 2006 o manejo comunitário do pirarucu (*Arapaima gigas*). A espécie que outrora sumira do médio Amazonas hoje repovoa a região através do trabalho exaustivo de camponeses que em paralelo

a agricultura familiar se organizam diariamente para manter o lago e as espécies protegidas de invasores (Figura 3).



Figura 3. Divisão do trabalho durante o monitoramento do lago Babaçu. Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Observa-se que o Estado vem adotando uma agenda ambiental fortemente inclinada a bioeconomia, isto é, mercantilização da natureza, mas por outro lado desprestigia àqueles que atuam na dianteira da sustentabilidade para além do discurso, visto que no caso supracitado, os principais gargalos para a expansão do manejo como tecnologia de baixo impacto advem do desinteresse do Estado em fortalecer por meio da institucionalização no campo das políticas públicas. O camponês ao lutar pelos seus territórios encabeça diferentes frentes por uma igualmente importante democratização da agenda pública direcionada a população do campo. Desde a década de 1980 os irredentos pescadores lutaram pela demarcação aquática, ainda que definida nos termos jurídicos-normativos a Reforma Agrária ainda se mantém distante da realidade do mundo rural amazônico. Afirmam esses pescadores que o cuidado pelo espaço é parte de suas constituições metafísicas, podemos pensá-los sob a prisma do conhecimento ecológico como manifestação ancestral da população que no quadro mais amplo converge a sua formação social e territorial em uma região complexa ambientalmente e socialmente, desta forma, a resistencia camponesa atravessa o descontentamento à ordem vigente, especulativa, mantendo-se direcionado a questões atuais do seu cotidiano (HARRIS, 2006).

Considerações finais

Entre 2013 a 2022 houve o crescimento de 116% do número de conflitos nas águas do território amazonense (CPT, 2023). Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (2023) ocorreram uma média de 245 conflitos anuais no estado com diferentes motivações, a mais alarmante permeou o crescimento do número de áreas de garimpo, pois cerca de 40% das novas áreas dedicadas a atividade foram abertas nos últimos cinco anos (2018-2023), sendo mais de 90% da



atividade mineral brasileira realizada no bioma amazônico (G1 Amazonas, 2023).

Conflitos pelo uso dos recursos naturais ocorrem na região desde os primeiros indícios da colonização perversa, contudo, no Estado moderno essa racionalidade é atravessada pelo sistema burocrata determinado pela racionalidade econômica. Desde a década de 1970 se tem registros de violência pelo acesso aos rios e lagos da região, são pescadores artesanais e comerciais em disputas ontológicas. De um lado se tem o camponês buscando salvaguardar suas territorialidades; noutro campo estão pescadores comerciais, citadinos, itinerários, embarcados ou em camponeses em situação de pobreza extrema, diversas são as formas e os modus operandi se capitalizar a fauna aquática a serviço do mercado.

No final da década de 1990 órgãos e autarquias ambientais buscaram descentralizar a gestão dos recursos naturais, proporcionando certo grau de independência política do ponto de vista legislativo a comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. O principal gargalo desse modelo é que ele se realiza não como uma política de Estado no sentido lato mas como medida paliativa uma vez que minimamente se alcança recursos humanos suficientes para monitorar e fiscalizar toda produção pesqueira local. Ademais, essa fragilidade também é sentida a longo prazo a partir do sucateamento das instituições comunitárias no campo cada vez mais esquecido no discurso de desenvolvimento social.

O acordo de pesca na São João do Araçá, no rio Arari – Itacoatiara/AM existe há quase 30 anos, no entanto, a mobilização dos pescadores artesanais da região é anterior a esse período, registrando mais de 40 anos de história entrelaçado ao próprio desenvolvimento dessas populações em seus atuais territórios.

Entre 2004 a 2006 pescadores do complexo lacustre do rio Arari, planície no qual a comunidade está inserida se reuniram para deliberar sobre as áreas a serem demarcadas, isto é, acessadas apenas pelos camponeses. Duas áreas foram delimitadas: Lago do Araçá dedicado a prática de subsistência e o Lago Babaçu para o manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*).

O objetivo em manejar o pirarucu, segundo os pescadores recai no simbolismo da espécie para a memória coletiva destes sujeitos. Pensa-se nessa memória a partir do seu retrabalho no tempo e a absorção de novos significados, entre eles, a relação de pertencimento e representação que o Lago Babaçu bem como o peixe se apresenta no imaginário coletivo. Repovoá-lo conjuntamente a delimitação de lagos caminha na contramão da exploração do grande capital compenetrado no esvaziamento da ictiofauna.

Portanto, assumir a institucionalidade dos Acordos de Pesca como ferramenta de governança dos recursos ambientais contribui para a mitigação da sobrepesca a qual se reflete diretamente na capacidade de inúmeras espécies se desenvolverem na região, bem como a captura consciente destes recursos por meio da pesca artesanal.

A cogestão participativa operada entre comunitários, instituições públicas e Ongs refletem a necessidade de ampliação das discussões relativas ao acesso aos recursos aquáticos, mais ainda, compreender de que forma a diminuição do estoque pesqueiro resulta na marginalização dessa classe de trabalhadores. Não obstante, os resultados absorvidos durante a execução dos projetos



influenciam sobremaneira na conscientização coletiva dessas populações quanto ao uso de instrumentos de pesca de degradam o meio ambiente. Deste modo, a inteligibilidade das populações de várzea contrapõe velhos elitismos que insistem em submetê-los à subalternidade e os coloca a frente de seus interesses, mobilizando, lutando, resistindo.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. Revista de Antropologia da UFSCAR, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.

BASTOS, Carlos Augusto. **Fronteiras e impérios na Amazônia ibérica**. Revista de História, [S. l.], n. 173, p. 519-528, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107389>>. Acesso em: 07/12/23.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT NACIONAL, 2023.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Curso dado ao Collège de France (1978/1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1 AMAZONAS (22/09/2023). **40% da área de Garimpo na Amazônia foi aberta nos últimos 5 anos, aponta levantamento do Mapbiomas**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/09/22/40percent-da-area-de-garimpo-na-amazonia-foi-aberta-nos-ultimos-5-anos-aponta-levantamento-do-mapbiomas.ghtml>>. Acesso 18/12/23.

GOULDING, M.; FERREIRA, E. **As várzeas da Amazônia: Habitats, Pesca, Fazenda e Desmatamento**. Editora Local. 1996.

HARRIS, Mark. **Presente Ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo**. In: ADAMS, Cristina. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**, Annablume, 2006.

JUNK, W. J. **As águas da região Amazônica**. In: SALATI, E.; SCHUBART, H. O; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense. CNPq. 1983.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1985.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2020.



MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais.** Vozes, p. 33-63, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

PINTO, Renan Freitas. **A viagem das idéias.** Estudos Avançados, v. 19, p. 97-114, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Caroline Sousa da. **“No meio do Pitiú”: diversidade e antiguidade de sambaquis amazônicos.** 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2022.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. **O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1977.

SUANON, J. **Padrões de distribuição da Ictiofauna na várzea do sistema Solimões-Amazonas, entre Tabatinga (AM) e Santana (AP).** Ictiofauna – Relatório Final. Manaus: ProVárzea/IBAMA, 2004.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011.

VAZ, Frei Flôrencio Almeida. **História e Memória da Cabanagem no baixo Amazonas.** Santarém – PA, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/42825907-Historia-e-memorias-da-cabanagem-no-baixo-amazonas.html>>. Acesso em: 20/12/23.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia.** Livraria Clássica de Alves, 1895.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.



WWF-BRASIL; PROVÁRZEA/IBAMA. **Acordo de Pesca: a comunidade é quem faz.** Brasília, 2003.

Recebido em: 17/02/2024

Aprovado em: 08/03/2024

Publicado em: 09/03/2024